

O papel das vítimas nas narrativas jornalísticas sobre o desastre em Mariana

Márcia Franz Amaral¹
Juliana Motta²

Resumo: Nosso objetivo é analisar como as narrativas dos telejornais configuraram as manifestações das vítimas do desastre em Mariana (MG) nas primeiras 24 horas de cobertura da Rede Globo de Televisão. A intenção do trabalho é refletir sobre como o jornalismo transpõe um problema individual para o âmbito de problema público a partir dos aportes teóricos de Queré (2011), Lage (2013; 2016) e Charaudeau (2007; 2010). Entre as 27 inserções veiculadas sobre o rompimento da barragem de rejeitos, analisamos as cinco reportagens que apresentaram um total de 11 depoimentos de vítimas. Sistematizamos quais tiveram visibilidade de acordo com o grau de proximidade com o acontecimento. Também observamos como o jornalismo evocou suas falas e que efeitos patêmicos foram mobilizados a partir destes depoimentos. Concluímos que as narrativas jornalísticas se utilizam das manifestações das vítimas com efeitos patêmicos mais ligados à aflição, terror e tristeza. A maior parte das vítimas sequer é identificada pelas reportagens e suas manifestações são da ordem do sofrimento, sendo silenciadas menções às causas, riscos e vulnerabilidades do desastre ou a qualquer tipo de indignação pelo ocorrido.

Palavras-chave: jornalismo; vítimas; cobertura de desastres; desastre de Mariana, *pathos*

Abstract: The goal of this study is to analyze how the television news narrative pictured the victims' manifestations of the disaster in Mariana (MG) during the first 24 hours of Globo TV coverage. The aim of this paper is to reflect on how journalism turns an individual problem into the scope of public problem based on the theoretical contributions of Queré (2011), Lage (2013; 2016) and Charaudeau (2007; 2010). Among the 27 entries published about the rupture of the tailings dam, five reports were analyzed, representing a total of 11 victims' testimonies. The ones with more visibility, according to the degree of proximity to the event, were sorted out. Moreover, evocative journalism speeches were observed and which pathetic effects were mobilized from these testimonies. The conclusion is that the journalistic narratives use the victims' manifestations with pathetic effects more related to the affliction, terror and sadness. Most of the victims are not even identified by the reports and their manifestations are of the order of suffering, not even mentioning the causes, risks and vulnerabilities of the disaster or to any type of indignation by the occurrence.

Keywords: journalism; victims; disaster coverage; disaster in Mariana, *pathos*.

1 Professora associada do curso de Comunicação Social - Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: <marciafranz.amaral@gmail.com>.

2 Doutoranda e Mestre (2016) pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do Grupo de Pesquisa Estudos em Jornalismo (UFSM/CNPq). E-mail: <ju.motta17@gmail.com>.

Introdução

Analizamos a cobertura sobre o rompimento da barragem do Fundão da mineradora Samarco [1], maior desastre socioambiental do Brasil, na cidade histórica de Mariana (Minas Gerais), para refletir sobre os modos como o jornalismo se utiliza do depoimento de um tipo específico de fonte testemunhal: as vítimas. Na tarde do dia 5 de dezembro de 2015, os moradores do distrito de Bento Rodrigues foram surpreendidos por um forte barulho parecido com o de um helicóptero. O susto de não saber do que se tratava logo foi substituído pelo terror da certeza: a barragem de Fundão, que ficava a oito quilômetros de distância da comunidade, havia se rompido e os milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério formaram uma grande onda de rejeitos. A velocidade da lama levou adiante casas, escola, automóveis e tudo o que encontrou pela frente, deixando como rastro um distrito soterrado e um dano ambiental incalculável ao longo dos mais de 600 quilômetros que percorreu até chegar ao mar. Dezenove pessoas, entre moradores e funcionários da mineradora, morreram. A quem viu o que se denominou metaforicamente de *tsunami* e conseguiu escapar, coube contar os momentos vividos.

O testemunho das vítimas costuma desempenhar papel relevante na cobertura de tragédias e desastres, já que é, sobretudo, por meio do relato das experiências dos afetados, sejam eles vítimas diretas, vítimas indiretas ou testemunhas oculares, que os acontecimentos são individualizados. Isto é, são descritos, particularizados, configurados a partir de suas singularidades e inseridos em um contexto significativo, recebendo identidade e sentido (QUERÉ, 2011). É a fala de quem viu, sobreviveu ou sofreu as consequências de alguma forma, que dá a dimensão do poder de afetação do acontecimento. Como bem pontua França (2012, p.45), “*um acontecimento acontece, e acontece com pessoas e na organização da vida. [...] Ele se passa no domínio da experiência e se realiza – ou não – a partir de seu poder de afetação na ação dos sujeitos, de sua capacidade de interferência no quadro da normalidade [...]*”. Desse modo, o depoimento da vítima, ancorado em uma vivência pessoal e resultado de um olhar subjetivo, colabora com esse processo de individualização do acontecimento público, justamente por demonstrar o impacto na sua vida particular.

Nosso objetivo é esquadrihar como as vítimas apareceram nas primeiras 24 horas de cobertura da tragédia e analisar que papéis assumiram na narrativa jornalística. Muitos papéis podem ser atribuídos à manifestação das pessoas afetadas. Para Lage (2016, p. 50), a figura da vítima na televisão (seja na ficção ou no telejornalismo) tornou-se “recorrente e decisiva” e não mais “inocente e passiva”, configurando-se como “uma categoria social e cultural das mais relevantes”, cuja fala é portadora de um potencial político. Porém, na cobertura de desastres, observamos que a maior parte dos papéis está ligada à sua afetação emocional de maneira mais individual. Entretanto, um desastre está sempre relacionado a vulnerabilidades econômicas, ambientais, sociais ou a determinados riscos. Perguntamo-nos se aparecem nas falas das vítimas menções às causas do desastre e às injustiças ou vulnerabilidades que o viabilizaram. Trata-se de um tipo de manifestação que pode aparecer configurada por sentimentos como a revolta ou a indignação que, muitas vezes, manifestam-se tardiamente, quando a população afetada se organiza socialmente para cobrar providências. Questionamo-nos, entretanto, se no ápice do desastre, nas primeiras 24 horas de sua cobertura, já há indícios deste tipo de manifestação. Ou seja, há lugar para sentimentos que configurem o problema para além do plano individual? Como o jornalismo configura a participação das vítimas na narrativização de um problema individual que se torna público e coletivo?

Metodologicamente, mapeamos todas as inserções a respeito do caso nas primeiras 24 horas de cobertura da Rede Globo de Televisão, abrangendo os programas Jornal Nacional, Jornal da Globo, Hora Um, Bom Dia Brasil e Jornal Hoje. Entre as 27 inserções sobre o desastre, selecionamos apenas as que apresentaram depoimentos de vítimas, chegando a um *corpus* de cinco inserções (três reportagens e duas entradas ao vivo em três telejornais) com a veiculação de 11 testemunhos de vítimas. Nesses, aplicamos um protocolo e refletimos sobre como a narrativa jornalística configura a experiência relatada pelas vítimas em três aspectos: como as vítimas são introduzidas pelos jornalistas, que trechos dos seus depoimentos aparecem e que função suas falas assumem a partir das emoções mobilizadas.

Partimos do pressuposto de que as narrativas jornalísticas engendram modos de inteligibilidade sobre as tragédias, na medida em que, ao confi-

gurarem acontecimentos, priorizam enquadramentos, destacam determinados aspectos e selecionam fontes que correspondam a essas escolhas. Para escaparmos da dicotomia razão e emoção no jornalismo, vamos utilizar o conceito de *pathos* (CHARAUDEAU, 2007) como discurso que informa e emociona e nos permite pensar se o político se faz presente inclusive nas manifestações vistas como menos “racionais”. Para a análise desse aspecto, partimos das tópicas do *pathos* sistematizadas por Charaudeau (2010), tais como dor/alegria, angústia/esperança, repulsa/atração e antipatia/simpatia, para identificar se, de alguma forma, as dimensões patêmicas acionadas pela fala das vítimas remetem a um caráter político sobre causas e vulnerabilidades do desastre. Como são bastante abrangentes, cada tópica engloba uma série de outros *pathé*. Na tópica da dor, por exemplo, na qual a pessoa tem um “abatimento quase total” e coloca-se como vítima de uma ação de outra pessoa, estão incluídos também os âmbitos da tristeza, do sofrimento e do constrangimento. Na da angústia, em que o sujeito teme ser atingido por algum perigo, podemos encontrar variações como medo e o terror. A da repulsa representa uma desaprovação, caracterizada também como desprezo e aversão. Já a tópica da antipatia é sempre direcionada contra alguém que fez um mal e pode englobar a indignação e a denúncia. Compreendemos que a tópica da indignação carrega um potencial político não só por estar baseada em um caráter moral, mas também por sua ligação à ideia de “injustiça, indignidade e de um mal feito a alguém” (JÁUREGUI, 2015, p.61).

Partimos da hipótese de que nas horas iniciais de cobertura, o jornalismo não costuma dar lugar à indignação dos que se consideram indignos de sofrer, dos que sofreram algum tipo de injustiça ou ainda são vítimas de vulnerabilidades sociais e ambientais. Estas falas dissonantes, que remetem a uma postura mais ativa das vítimas têm lugar no telejornalismo de uma grande rede ou as emoções acionadas nas falas das vítimas ficam circunscritas a emoções do plano individual como o sofrimento e a tristeza?

O artigo inicia com a discussão a respeito da configuração dos desastres pelo jornalismo. Posteriormente, refletimos acerca das emoções e dos efeitos patêmicos no discurso jornalístico e na fala das vítimas. Por fim, apresentamos a

análise sobre o papel das vítimas nas primeiras 24 horas de cobertura do rompimento da barragem de rejeitos de minério em Mariana.

A configuração dos desastres pelo jornalismo

Um acontecimento “não é constituído integralmente pelo modo como as narrativas jornalísticas o configuram”, afirma Lage (2013, p. 231). Os desastres, em termos pragmáticos, efetivamente acontecem, mas “as narrativas jornalísticas constituem formas de viver os acontecimentos e, principalmente, de vivê-los coletivamente” (LAGE, 2013, p. 233). França (2012) também chama a atenção para este aspecto e afirma que um acontecimento ocorre com pessoas no domínio da experiência, e se realiza a partir de seu poder de afetação e interferência no quadro da normalidade do cotidiano de um povo. Para ela, é importante destacar o papel dos dispositivos midiáticos e formatos discursivos na atribuição de sentidos das ocorrências cotidianas, mas nem toda força do desastre vem da “dinâmica instituidora da mídia” (2012, p. 42). Em outras palavras, ainda que as narrativas jornalísticas conduzam o modo como os acontecimentos devem ser vistos e interpretados ao selecionar fontes, formular perguntas e salientar determinados pontos de vista, o acontecimento catastrófico é portador de um poder de ruptura e desestruturação que instaura uma “descontinuidade na experiência” pública, até então. E é justamente na tentativa de restaurar uma nova estabilidade que

[...] fazemos tudo quanto está ao nosso alcance para reduzir as descontinuidades e para socializar as surpresas provocadas pelos acontecimentos; através do pensamento, as condições que permitiram ao acontecimento produzir-se com as particularidades que apresenta; restauramos a continuidade no momento em que a ruptura se manifestou, ligando a ocorrência do acontecimento a um passado de que ele é o ponto de chegada ou incluindo-o num contexto no qual ele se integra coerentemente e surge como, no final, previsível (QUERÉ, 2005, p.61).

Nesse contexto, compreendemos que o jornalismo toma para si essa função de fazer essas articulações necessárias para a configuração do desastre. O que representa, principalmente nas primeiras horas após a tragédia, um desafio

frente à desestruturação do ambiente, à dificuldade de acesso às fontes oficiais envolvidas com o resgate de vítimas e à complexidade da apuração em um momento de incertezas, no qual ainda não é possível inserir o acontecimento em um contexto significativo. Essas circunstâncias comuns aos desastres ajudam a explicar o porquê de as coberturas serem como são. Como pontuam Lozano Ascencio; Sánchez Calero; Morales Corral (2017), nas chamadas “*narrativas de quiebra del acontecer*” há um gotejamento esporádico de dados que não permite muito mais do que a descrição dos aspectos mais superficiais e chamativos do transtorno.

Essa ênfase nas consequências mais imediatas também pode ser explicada pela relação entre a inscrição temporal do acontecimento e o período de atuação dos veículos de comunicação. Araújo (2013, p. 123) argumenta que qualquer acontecimento extraordinário possui “três tempos abertos: o tempo anterior ao desastre, o tempo do durante o desastre (o momento da urgência) e o tempo do quase-silêncio do pós-desastre (o longo prazo)”. E a cobertura jornalística atua de forma mais ativa, especialmente, no tempo da urgência, no qual se sobressaem os aspectos mais sensacionais de um acontecimento, que ainda está em meio ao seu desenrolar. Por isso, compartilhamos do entendimento de Pantti;Wahl-Jorgensen (2007, p.5) [2] de que a cobertura de desastre é “emocional por natureza, tanto se for focada nas emoções dos indivíduos diretamente afetados pelas tragédias como nas emoções coletivas da comunidade que reage às adversidades de outros como eles”.

É sobre as emoções inerentes às tragédias que se manifestam, muitas vezes, pela fala das vítimas e o modo como essas experiências individuais são inseridas na cobertura jornalística que trataremos a seguir.

O discurso sobre emoções no jornalismo e os discursos emocionais das vítimas

A emoção ainda é um assunto controverso no jornalismo. Embora negada pelos manuais de redação, que a associam à espetacularização e a contrapõem aos ideais jornalísticos (JÁUREGUI, 2015; HAGEN, 2008), a emoção é “uma condição necessária e não uma contradição aparente do discurso jornalístico” (FERNANDES, 2010, p. 141). Sendo a dimensão afetiva um pressuposto, não entraremos na dicotomia entre razão e emoção.

Além disso, compreendemos a emoção como um elemento da experiência individual, por isso, adotamos o conceito de *pathos* no sentido da emoção inserida no discurso, isto é, a experiência tornada pública e midiática. Pela perspectiva de Charaudeau (2014, p. 372), o *pathos* diz respeito às “discursivizações que funcionam sobre efeitos emocionais com fins estratégicos”. Nesse caso, e ainda de acordo com Charaudeau (2007, p. 245), o efeito pretendido é “provocar a adesão passional do outro atingindo suas pulsões emocionais”.

Entendemos que as coberturas de desastres são predispostas à patemização. Além do alto poder de afetação próprio dos acontecimentos trágicos que rompem e desestabilizam, também consideramos o “poder de interpelação do sofrimento e da morte” (ARAÚJO, 2013, p. 115), muitas vezes, manifestado por meio dos testemunhos das pessoas afetadas. Assim, observamos que esse tipo de cobertura reúne as características das representações patêmicas:

[...] uma representação pode ser chamada de “patêmica” quando ela descreve uma situação de propósito da qual um julgamento de valor coletivamente compartilhado- e, por conseguinte, instituído de uma norma social- questiona um actante que acredita ser beneficiário ou vítima, e ao qual o sujeito da representação se encontra ligado de uma maneira ou outra (CHARAUDEAU, 2010, p.31).

Dessa forma, o autor defende que o engajamento emocional a determinada situação depende dos nossos valores e crenças compartilhados. Pensando em nosso caso de análise, não há dúvidas de que um desastre como o rompimento de uma barragem que soterra um distrito e provoca a morte de moradores tem potencial patêmico ao mobilizar valores como o direito à vida, e ao mostrar o sofrimento das vítimas.

Consideramos que todas as *ospathé* sistematizados por Charaudeau são possíveis de ocorrerem na fala de vítima, já que representam universos afetivos comuns às situações trágicas. Quando o desastre envolve vítimas é esperado que as perdas humanas e as histórias pessoais de sofrimento sejam valorizadas. Assim, os *pathé* da dor e da tristeza costumam ser os mais frequentes na cobertura desses acontecimentos. Entretanto, existem muitas narrativas possíveis para se configurar um desastre no jornalismo. A abordagem das causas e vulnerabilida-

des econômicas, ambientais e sociais é um dos caminhos que vão para além dos dramas pessoais dos sobreviventes. Entre todas as tópicas, consideramos que a da indignação possibilita pensar a dimensão emocional para além da questão individual. Por estar atrelada a um caráter moral, de injustiça e “de reprovação frente a condutas equivocadas” (JÁUREGUI, 2015, p.62), essa tópica possui um potencial político.

Em estudos anteriores (MOTTA; AMARAL, 2016), a respeito das primeiras 72 horas da cobertura ao vivo do incêndio da boate Kiss, realizada pela Rede Globo de Televisão e sua afiliada RBS TV, percebemos que a fala das vítimas pode remeter à indignação, principalmente por meio da revolta e da denúncia das situações vividas. Ainda que grande parte das falas apontassem ao sofrimento, ao terror e à aflição sentidos na tragédia, constatamos que algumas delas apresentaram um potencial político ao manifestar, por exemplo, a desaprovação à postura dos seguranças da casa noturna que fecharam as portas por alguns momentos para evitar a saída dos frequentadores sem o pagamento da comanda de consumo. Algumas vítimas também denunciaram os obstáculos presentes na estrutura interna do prédio, a falta de sinalização e de saídas de emergência que dificultaram a fuga dos jovens.

Por outro lado, questionamos que, talvez, esse tipo de postura das vítimas nem sempre seja conveniente à lógica narrativa preconcebida pelo jornalismo. Como lembra Motta (2013, p. 127-130), todo texto jornalístico obedece a um “projeto dramático de construção de realidade”, ou seja, a um modo de organização e argumentação da narrativa com o objetivo de “induzir seu interlocutor a interpretar os fenômenos relatados conforme a sua intenção”. Para isso, acionam-se personagens, “jogos de poder, estratégias, astúcias, hierarquias [...] permanentes negociações discursivas”.

Um exemplo da cobertura do rompimento da barragem possibilita-nos pensar o quanto as fontes convocadas e os papéis por elas desempenhados obedecem a essa configuração. Referimo-nos à entrevista da repórter Isabela Scalabrini com um morador de Mariana, que teve seus bastidores registrados por pessoas da comunidade. No vídeo, o homem visivelmente alterado diz: “A Samarco sabia disso! A Samarco sabia que isso ia acontecer!”. Neste momento, no qual denun-

ciava que os riscos de rompimento eram de conhecimento da mineradora, o cinegrafista parou de gravar e abaixou a câmera, gesto seguido pela repórter que recolheu o microfone. Quando as pessoas ao redor perguntaram sobre o motivo da desistência, a jornalista respondeu “o disco acabou”. Novamente questionada, declarou: “Ele já falou bastante coisa e a gente parou por causa do disco”, ao que outra moradora rebateu: “Na hora que ele revoltou, acabou o disco?”. A entrevista foi exibida no programa Fantástico (08/11/2015), porém, o trecho veiculado não fazia qualquer referência à denúncia, mas apenas ao sentimento de desolação pelo desaparecimento de sua neta: “Eu vi ela, veio duas vezes assim na lama e voltou, sumiu”. A fala correspondia ao projeto dramático da reportagem [3], mostrar que, embora abalados e tristes pelo desastre, os moradores tinham de recomeçar a vida novamente.

Ainda que não seja possível provar que o disco não tenha acabado, é no mínimo curioso que isso tenha ocorrido exatamente quando a vítima mantinha uma postura de indignação com relação à mineradora. Além disso, a prática jornalística ensina que há alternativas para contornar casos assim. Na ausência de outro disco, a equipe poderia ter apagado trechos que não interessavam da fala do morador para conseguir mais espaço de gravação no mesmo disco. Afinal, a própria repórter justificou que o homem já havia falado “bastante coisa”. Por isso, inferimos que esse tipo de testemunho não era bem-vindo à construção narrativa pretendida. Obviamente, temos de considerar os riscos de veicular uma denúncia sem a devida comprovação, porém a fala da testemunha poderia ser utilizada para levantar o questionamento a respeito das causas e vulnerabilidades do desastre.

Também é relevante refletir sobre a forma como as vítimas reagem à tragédia e a disposição em tornar pública uma experiência pessoal. Como bem lembra Seligmann-Silva (2005, p.90), alguns sobreviventes têm “necessidade de testemunhar” como uma forma de tentar superar o trauma sofrido. Falar sobre seus sofrimentos, suas angústias e os momentos de terror vividos teria um caráter pedagógico. Essa perspectiva é associada à origem da chamada literatura de testemunho, na qual os sobreviventes do holocausto e das ditaduras latino-americanas começaram a contar suas vivências em livros. No caso da *Shoah*, associa-se essa vontade de falar “à chave do trauma”; já nos *Testemonios* das ditaduras,

ela é compreendida “quase que exclusivamente em um sentido de necessidade de se fazer justiça (...)”(SELIGMANN-SILVA, 2005, p.90). Assim, aponta-se para duas formas diferentes de lidar com o sofrimento.

Stavo-Debaugé (2012, p. 128) apresenta outros argumentos que corroboram a importância dessa reflexão. Segundo o autor, depois de “acontecimento brutais” as vítimas podem preferir o isolamento. O ato de lembrar pode ser tão doloroso que muitas não aceitam sequer falar sobre o que vivenciaram, quanto mais denunciar alguma situação. Inspirado em Dewey, Stavo-Debaugé complementa que a busca por justiça, seja por meio da denúncia ou da reparação, só se torna possível a partir do momento no qual a vítima se apropria do seu sofrimento “voltando-se para as ‘consequências indesejáveis’ que lhe causam sofrimento e procurando suas causas”(STAVO-DEBAUGE, 2012, p. 128). A partir disso, cabe questionar se é adequado instigar uma postura dita mais ativa e indignada por parte das pessoas afetadas pela tragédia nas primeiras 24 horas após o acontecimento, um período ainda muito recente para quem sofreu um trauma. Por outro lado, do ponto de vista individual, a vítima pode até não querer se manifestar ou não expressar uma revolta quanto ao caso, mas midiaticamente há uma configuração recorrente da postura das vítimas. Geralmente, convocadas para ilustrar o sofrimento num sentido de vítima de uma fatalidade, de um acidente com causas imprevistas, logo inevitável. Como pontua Lage (2016, p. 33) a partir de Rentschler (2004), os tratamentos e os quadros interpretativos que a mídia confere aos relatos de sofrimento não costumam incentivar uma ação política.

Considerando todas essas questões, refletiremos se nas primeiras 24 horas de cobertura de um desastre o jornalismo concede espaço para a manifestação de vítimas cujas falas tenham o potencial político da indignação e da denúncia dos riscos que propiciaram o desastre, colaborando para a configuração de um problema público e coletivo. Em outras palavras, quais as vítimas que tem visibilidade na cobertura? São as que exigem seus direitos, exigem saber das causas, buscam reparação ou as que demonstram sofrimento e querem esquecer o caso? Como o jornalismo evoca a fala destas vítimas e que tipo de narração é atribuído a elas? A seguir, iremos dedicar-nos à análise desses aspectos nas 24 horas de cobertura do rompimento da barragem de minérios em Mariana.

Mapeamento da participação das vítimas nas primeiras 24 horas da cobertura em Mariana

Iniciamos nosso processo de análise pelo mapeamento das notícias a respeito do rompimento da barragem em Mariana veiculadas pela Rede Globo de Televisão e disponibilizadas no repositório da emissora, o Globo Play. Definimos como marco inicial para a nossa busca o primeiro telejornal a abordar o caso a partir das 16 horas, horário do rompimento da barragem. Dessa forma, o período de 24 horas iniciou com a exibição do Jornal Nacional no dia do desastre (05/11/2015). Também fizeram parte de nosso *corpus* os telejornais Jornal da Globo, Hora 1, Bom dia Brasil e Jornal Hoje.

Nos cinco telejornais foram veiculadas 27 inserções (entre nota simples, nota coberta, audiotape, entrada ao vivo e reportagem), sendo que em cinco delas (três reportagens e duas entradas ao vivo) foi exibido um total de 11 testemunhos de vítimas. Consideramos como testemunho o relato de fontes que “têm visibilidade pelo relato da sua experimentação, pois presenciaram o fato, participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele” (AMARAL, 2013, p. 183). Nos testemunhos selecionados, aplicamos um protocolo com os seguintes itens: identificação das vítimas, grau de proximidade com o acontecimento, manifestação do repórter que antecedeu a fala da vítima, transcrição do testemunho (com a separação em sequências discursivas), identificação das tópicas do *pathos* e, por fim, as funções desempenhadas pelo depoimento na narrativa. Com isso, buscamos refletir prioritariamente sobre como a experiência relatada é configurada a partir do modo como as vítimas são introduzidas pelos jornalistas, quais trechos de seus depoimentos são veiculados e que função desempenham a partir dos *pathé* mobilizados.

No dia do desastre nenhum testemunho foi veiculado, provavelmente devido à dificuldade de acesso ao local e ao espaço temporal entre a ocorrência do desastre e as edições dos telejornais. A única reportagem exibida no Jornal Nacional foi ancorada em imagens aéreas da região atingida e não teve a veiculação de entrevistas com fontes. A passagem do repórter, gravada na capital Belo Horizonte (MG), deixa claro que a equipe não conseguiu chegar ao local do desas-

tre por via terrestre. A confirmação disso veio ainda na mesma edição quando a apresentadora anunciou a participação por telefone de outro repórter, que havia chegado “há pouco no distrito vizinho do local do acidente”. Horas mais tarde, o Jornal da Globo já contava com um repórter na cidade de Mariana, pois foram feitas entradas ao vivo do ginásio para onde eram levados os moradores desabrigados, mas nenhuma entrevista com vítima foi exibida. Os testemunhos das pessoas atingidas começaram a ser veiculados apenas nos telejornais do dia seguinte.

Inicialmente, ressaltamos a constatação da frequente falta de identificação das vítimas. Entre as 11, apenas quatro (36%) [4] tiveram nome e papel social divulgados. Nos outros casos, foram: cinco vítimas (45%) sem qualquer tipo de identificação, sendo que uma delas sequer teve a imagem exibida porque toda sua fala foi coberta com imagens; uma (9%) com apenas o primeiro nome citado; e outra (9%) com nome completo, mas sem a função social. Entre as denominações que fizeram referência ao papel social, encontramos: “sobrevivente”, “moradora”, “dona de casa” e “parentes e amigos das vítimas”. O ato de creditar fontes no jornalismo é fundamental, tendo em vista que demarca quem está falando e de que lugar social se manifesta, conferindo credibilidade não só à fonte, mas também ao próprio discurso jornalístico. Além disso, observamos que as fontes oficiais [5] e os especialistas entrevistados nas reportagens foram identificados. O que nos leva a ponderar que, embora exista “uma clara tendência de valorização dos testemunhos nos noticiários televisivos” (BECKER, 2016, p.15), eles ainda não possuem o mesmo prestígio concedido aos entrevistados que detêm os capitais sociais do poder ou do conhecimento. Ainda cabe registrar que, em função dessa particularidade, tivemos de observar o texto do repórter e o próprio teor do depoimento dos entrevistados para selecionar a fala das vítimas.

Também percebemos a ocorrência de diferentes estatutos de vítimas de acordo com o grau de proximidade com o desastre. Assim, elas foram separadas em três grupos: *as vítimas sobreviventes*, que viram a onda de rejeitos e conseguiram escapar; *as vítimas em fuga*, que abandonaram suas casas pelo risco de novos rompimentos e inundações e por orientação das autoridades; e os *familiares das vítimas desaparecidas*, que buscavam informações no hospital e no abrigo. Criamos esta terceira categoria por entendermos que os familiares também

sofreram as consequências do desastre, e ainda porque o texto jornalístico não esclarecia a função social deles com exatidão. Dessa forma, talvez essas pessoas até possam ser vítimas em fuga, já que em um caso o repórter menciona de maneira conjunta “moradores e familiares”, porém como a fala de todos os inseridos nessa categoria remete à angústia do desaparecimento e não da sobrevivência e da fuga, foram inseridos na categoria familiares. A seguir, concentraremos nosso olhar nos *pathé* mobilizados pela fala das vítimas e os papéis desempenhados por elas.

Os papéis das vítimas na cobertura em Mariana

Para a análise dos *pathé* acionados pelas três categorias de vítimas (*vítimas sobreviventes*, *vítimas em fuga*, *familiares de vítimas desaparecidas*), inspiramo-nos nos quatro pares de tópicos sistematizados por Charaudeau (2010). Porém, como o próprio autor salienta a amplitude de cada tópica, optamos por fazer a identificação de maneira mais específica. Além disso, como um testemunho pode fazer referência a mais de um *pathos*, transcrevemos as 11 falas e dividimos cada uma em Sequências Discursivas (SD), chegando a um total de 14. Após, identificamos os *pathé* em cada uma das sequências e as funções que as vítimas desempenharam na narrativa, considerando os aspectos ressaltados pelas jornalistas na inserção dos testemunhos.

Na categoria *vítimas sobreviventes*, constatamos a maior variedade de tópicos. As falas dessas vítimas mobilizaram os *pathé* do terror (3SDs), do medo (1 SD) e da alegria (1 SD). O *pathos* mais frequente nesse caso foi observado quando os sobreviventes relataram o terror e o pânico sentidos quando enxergaram a onda de rejeitos: “Uma barulhada de água. Quando a gente olhava pra trás, tudo indo embora. Tudo. A escola saiu inteira, as casas também saíam inteira” e “A água vinha de um lado, vinha de outro”; lutaram pela sobrevivência “Parecia um filme de terror.[...] A gente começou a correr. Eu parei na frente de um carro e pedi que, pelo amor de Deus, que buscasse minhas filhas, mas ele falou pra mim que achava que elas estavam no caminhão”; e enfrentaram dificuldades na fuga “O ônibus não deixava a gente entrar. Nós tivemos que entrar numa caminhonete. E uma menina falando: ‘o mundo tá acabando’. Aí começamos a correr pro mato”.

A tática do medo foi observada quando uma sobrevivente relatou a incredulidade com o acontecimento. Ela ficou amedrontada porque sabia estar em perigo, mas não tinha certeza o que estava ocorrendo: “Eu tava trabalhando, aí eu vi um barulho assim... parecia um helicóptero. Eu [disse], gente o que está acontecendo? Parecia um filme de terror!”. Outro pathos presente na fala dos sobreviventes foi o da alegria, acionado na demonstração do final feliz de uma das vítimas ao reencontrar as filhas a salvo no abrigo. Quando questionada pelo repórter sobre como foi esse momento, disse: “Nossa! Foi só felicidade!”.

Todas as falas presentes nessa categoria, sejam referentes ao terror, ao medo ou à alegria, foram introduzidas na narrativa por meio do reforço dos dramas pessoais: “Ela conseguiu fugir, mas sem os filhos” e “Ela conta que correu 20 minutos com os sobrinhos para escapar da onda de lama”.; e do trauma dos sobreviventes: “Vai ser difícil dormir hoje?”. Pela observação desses dois aspectos, *pathé* mobilizados e contexto narrativo, concluímos que as *vítimas sobreviventes* desempenharam um papel de evidenciar as consequências imediatas do desastre, ou seja, os primeiros impactos sentidos pelas pessoas afetadas. Assinalamos também que essa função se concretiza, principalmente, pela ênfase nos aspectos mais sensacionais do acontecimento.

Nos testemunhos que compõem a categoria *vítimas em fuga constatadas*, em sua totalidade, a ocorrência do *pathos* da aflição (5 SDs), no sentido da insegurança sentida pelos moradores sobre o que poderia ocorrer. Ainda que não tenham visto de perto a ação dos rejeitos, abandonaram suas casas frente ao perigo iminente de novos rompimentos, conforme alertaram as autoridades. A aflição é expressa por meio da urgência em sair do local: “Fui lá pegar remédio [respiração ofegante]... Uma coberta e subi... [suspira]” e “Fechei, punha a chave no bolso e saí”; em busca de lugares mais altos e supostamente seguros: “Todo mundo subindo morro. Aqui é baixo e a água vai toma conta de tudo, invadi tudo”. Essas falas são antecidas pelo texto jornalístico que acentua o quanto era urgente abandonar a região: “Deixar o que fosse pra trás e procurar locais mais altos pra se abrigar” e “A população saiu às pressas”. Dessa forma, percebemos que as vítimas em fuga contribuíram com a narrativa por meio da demonstração dos desdobramentos da tragédia.

Na última categoria, *familiares de vítimas desaparecidas*, observamos em todos os testemunhos o pathos da tristeza (4 SD), como um sentimento de dor: “Pessoa sai quatro e meia da manhã pra trabalhar igual ele. Uma hora dessas... até agora nenhuma notícia... [choro]”, e resignação pelo desaparecimento dos parentes, a maioria trabalhadores da mineração “Tá lá o meu menino de cinco anos perguntando: ‘cadê meu pai, cadê meu pai?’ Nada. Nem a gente sabe... confortar o coração dele [choro], porque a gente não sabe. É triste demais”.

Nesse caso, constatamos que os repórteres não reforçaram nenhum aspecto em específico no texto que antecedeu o testemunho, restringindo-se ao local onde os familiares buscavam informação: “Na porta do hospital, parentes e amigos das vítimas buscavam informações” e “O ginásio de Mariana está lotado de voluntários e de pessoas que perderam tudo”. Embora o sofrimento seja um sentimento intrínseco aos acontecimentos trágicos, constatamos que a função de ilustrar o sofrimento causado pelo desastre foi desempenhada pelos familiares dos desaparecidos. O quadro abaixo sintetiza o resultado de nossa análise nas três categorias de vítimas.

Quadro-resumo 1: *Pathé* acionados e funções das vítimas

Categoria de vítima	<i>Pathé</i> acionados	Função desempenhada
<i>Vítimas sobreviventes</i>	Terror (3) Medo (1) Alegria (1)	Evidenciar consequências imediatas do desastre
<i>Vítimas em fuga</i>	Aflição (5)	Demonstrar os desdobramentos do desastre
<i>Familiares de vítimas desaparecidas</i>	Tristeza (4)	Ilustrar o sofrimento

Fonte: quadro desenvolvido pelas autoras.

Como demonstrou nossa análise, nas primeiras 24 horas de cobertura, as vítimas são acionadas com o objetivo primordial de relatar as consequências imediatas e os desdobramentos do acontecimento, além de ilustrar o sofrimento das pessoas afetadas. Os testemunhos expressam os sentimentos mais dramáticos da experiência de sobrevivência, da urgência da fuga e do desaparecimento de familiares.

Em nenhum momento, as vítimas foram convocadas a falar sobre as causas do acontecimento e os possíveis culpados. Além disso, o modo como as falas são inseridas nas reportagens remete a um papel de vítima sofredora, passiva e sem capacidade de questionar e reagir. Existem muitas possibilidades de se configurar um desastre e a fala das vítimas tem uma importância central nessa construção. Quando inseridas na narrativa, são transformadas em personagens que agem e desempenham funções. Como adverte Motta (2013, p.177), “ela não é vista como produto das demandas internas da narrativa apenas, mas como criada por vontade de um narrador em função de sua estratégia narrativa”. No caso de Mariana, o projeto dramático preconcebido pelo jornalismo não destinava espaço para manifestações de vítimas indignadas e revoltadas, mas apenas para falas baseadas em aflição, tristeza, terror, medo e alegria.

Considerações finais

A análise da fala das vítimas acionadas nas primeiras 24 horas da cobertura do desastre em Mariana (MG) confirmou a hipótese de que o jornalismo não concedeu espaço às vítimas que manifestam o sentimento de injustiça e indignação. As vítimas que ganharam visibilidade foram aquelas que se expressaram a partir do ponto de vista do sofrimento, e não das vulnerabilidades sociais e dos riscos que viabilizam os desastres.

Ainda observamos que, embora venham sendo convocadas com maior frequência nas narrativas televisivas, as vítimas ainda não estão em posição de igualdade em relação às outras fontes. A diferença é tanta que a maior parte delas sequer é identificada nas reportagens. São pessoas sem nome e sem função social que sofrem e contam suas mazelas. Esse *pathos* é reforçado não só pela fala da vítima, mas também pelo jornalista que introduz suas manifestações destacando o que há de mais dramático e sensacional: é a mãe que foge sem saber se os filhos estão a salvo e a tia que corre por 20 minutos com os sobrinhos para escapar da lama.

Assim, o testemunho fica restrito à experiência individual. O potencial político que poderia colaborar com a configuração de uma questão pública

é silenciado. Talvez a indignação e a denúncia sejam sentimentos que só surjam publicamente e se tornem inevitáveis na cobertura com o passar do tempo e com a organização das vítimas, familiares e sociedade formal.

Notas

[1] Também são sócias do empreendimento outras duas empresas: a brasileira Vale S.A e a anglo- australiana BHP Billiton.

[2] Tradução nossa: “Disaster coverage is emotional by nature, whether it focuses on the emotions of individuals directly affected by the tragic events or the collective emotions of the larger community reacting to the misfortunes of others like them”.

[3] Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/4594725>>. Acesso em: 31 jul. 2018

[4] Como este trabalho não tem objetivo quantitativo, os índices são utilizados apenas como forma de facilitar a visualização dos dados. Por isso, não consideramos as casas decimais, e a soma das estatísticas chegam a 99%.

[5] Em uma das reportagens, o prefeito de Mariana não foi identificado por um erro de operação. O crédito foi inserido de maneira equivocada durante a entrevista de outra fonte. Dessa forma, fica claro que havia a intenção de identificá-lo.

Referências

AMARAL, M. A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos. *Revista Fronteiras*, v.15, n.3, p. 182- 190, 2013. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2013.153.04>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

ARAÚJO, P. A vertigem do momento: o poder do sofrimento e da morte e a ilusão da força das vítimas. In: MARTINS, M.; CORREIA, M.; VAZ, P.; ANTUNES, E. (Eds.). *Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar*. Braga, Portugal: CECS- Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2016, p. 113-130.

BECKER, B. *Televisão e telejornalismo: transições*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

CHARAUDEAU, P. Pathos. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Orgs.) *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 371- 372.

_____. Patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. (Orgs.) *As emoções no discurso: volume II*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010, p. 23- 56.

_____. Pathos e o discurso político. In: MENDES, E.; MACHADO, I (Orgs.) *. As emoções no discurso: volume I*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras,

2007, p. 240- 251.

FERNANDES, A. A emoção no discurso jornalístico: contar histórias e comover leitores. In: MENDES, E.; MACHADO, I (Orgs.) *As emoções no discurso: volume II*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010, p. 141- 152.

FRANÇA, V. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). *Acontecimentos: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HAGEN, Sean. A emoção como agente da cognição jornalística. In: *VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), nov. , 2008.

JÁUREGUI, Carlos. *Cães, indignados e indignos: o pathos da indignação no discurso jornalístico*. 266f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

LAGE, Leandro. *Testemunhos do sofrimento nas narrativas jornalísticas: corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum*. 218fp. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

_____. Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. In: LEAL, B.; CARVALHO, C. (Orgs.). *Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas*. São Paulo: Intermeios, 2013.

LOZANO ASCENCIO, C., SÁNCHEZ CALERO, M.; MORALES CORRAL, E. Periodismo de riesgo y catástrofes: en los telediarios de las principales cadenas de televisión en España. Madrid, España: Editorial Fragua, 2017.

MOTTA, J.; AMARAL, M. Os testemunhos na cobertura jornalística do caso Kiss: transbordamento emocional e provas de verdade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.13,n.1, p. 77 a 88, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2016v13n1p77>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PANTTI, M.; WAHL-JORGENSEN, K. On the political possibilities of therapy news: media responsibility and the limits of objectivity in disaster coverage. *Estudos em Comunicação*, v.1, p. 3- 25, 2007.

QUERÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos, Revista de Comunicação, Educação e Cultura*, n. 6, p.59- 75, 2005. Disponível em: < <https://bit.ly/2ArWgCN>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

STAVO-DEBAUGE, Joan. A (in)experiência das vítimas e a “mitologia do acontecimento”. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (Orgs.). *Acontecimento e reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 125-141.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, v.30, p. 71- 98, 2005. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255>>. Acesso em: 31 jul. 2018.